



FANAP

A Faculdade

Faculdade Nossa Senhora Aparecida

www.fanap.br | (62) 3277-1000

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

SEBASTIÃO JUNIO GONÇALVES BAILÃO

PRINCÍPIO DA ENTIDADE E SUA IMPORTÂNCIA

APARECIDA DE GOIÂNIA-GO
2020

SEBASTIÃO JUNIO GONÇALVES BAILÃO

PRINCÍPIO DA ENTIDADE E SUA IMPORTÂNCIA

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade Nossa Senhora Aparecida - FANAP como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel Ciências Contábeis

Orientadora: Prof. Ana Paula F. de Carvalho

APARECIDA DE GOIÂNIA-GO
2020

FICHA CATALOGRÁFICA

Bailão, Sebastião Junio Gonçalves

Princípio da entidade e sua importância / Sebastião Junio Gonçalves Bailão. – Aparecida De Goiânia, 2020
VII, 12 f. ; 29 cm

Artigo Científico (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Nossa Senhora de Aparecida (FANAP), Aparecida de Goiânia, 2020

Orientadora: Prof^a. Ana Paula Ferreira de Carvalho

1. Contabilidade. 2. Entidade. 3. Patrimonial - Princípio da entidade e sua importância. I. Princípio da entidade e sua importância. II. Faculdade Nossa Senhora de Aparecida

SEBASTIÃO JUNIO GONÇALVES BAILÃO

PRINCÍPIO DA ENTIDADE E SUA IMPORTÂNCIA

Artigo Científico, apresentado à Banca Examinadora em cumprimento às exigências do Curso de Ciências Contábeis

Orientador: Prof^o Ana Paula Ferreira Carvalho

Aprovado em: ___ / ___ / _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Orientadora: Ana Paula Ferreira de Carvalho

Professor Examinador:

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 REVISÃO DE LITERATURA	9
2.1 A contabilidade e seus conceitos.....	9
2.2 Definição	9
2.3 A contabilidade e seus objetivos.....	10
2.4 A contabilidade e sua finalidade.....	10
2.5 A contabilidade e seu usuário.....	11
2.6 Princípio da entidade e sua importância.....	11
2.7 Autonomia patrimonial das entidades.....	13
2.8 Resultados obtidos através de questionário aplicado sobre o princípio da entidade em duas empresas comerciais de goiânia.....	15
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	17
ANEXO A – Questionário: Princípio da Entidade	18

RESUMO

A organização administrativa envolve princípios contábeis que são base da conduta empresarial. Os princípios contábeis são o ponto de partida para a própria Ciência Contábil, são eles que fundamentam os conceitos, a teoria, e a prática desta ciência. O princípio da entidade diz respeito ao patrimônio, objeto da Contabilidade, e esclarece que o patrimônio da empresa não pode ser confundido com o patrimônio dos sócios ou proprietários. Nessa perspectiva, a entidade existe para satisfazer aos objetivos e necessidades do dono, que assume o papel de referencial dos procedimentos contábeis. Assim, resta saber se o princípio da entidade é respeitado pelas empresas. O referencial teórico trata sucintamente da abordagem contábil nas empresas. Quanto aos métodos adotados para a realização da pesquisa, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e de levantamento de dados. O instrumento para coleta de dados foi um questionário aplicado por meio de visita in loco, diretamente ao proprietário de duas empresas. O que se observou com essa pesquisa é que o princípio da entidade é observado. Os proprietários demonstraram conhecimento sobre o assunto.

Palavras Chaves: Contabilidade. Entidade. Patrimonial

ABSTRACT

Administrative organization involves accounting principles that are the basis of business conduct. Accounting principles are the starting point for Accounting Science itself, they are the basis for the concepts, theory, and practice of this science. The entity's principle concerns equity, which is the object of accounting, and clarifies that the company's equity cannot be confused with the equity of the partners or owners. In this perspective, the entity exists to satisfy the objectives and needs of the owner, who assumes the role of reference in accounting procedures. Thus, it remains to be seen whether the entity principle is respected by companies. The theoretical framework deals briefly with the accounting approach in companies. As for the methods adopted to carry out the research, bibliographic research and data collection were used. The instrument for data collection was a questionnaire applied through an on-site visit, directly to the owner of two companies. What was observed with this research is that the principle of the entity is observed. The owners demonstrated knowledge on the subject.

Key Words: Accounting. Entity. Property

1 INTRODUÇÃO

Um dos principais fundamentos da Contabilidade é o Princípio da Entidade. A Contabilidade tem o patrimônio como o seu objeto, e este, por sua vez, pode ser o patrimônio da pessoa natural como da pessoa jurídica.

O contabilista tem como obrigação seguir os Princípios fundamentais da Contabilidade, para que possa exercer sua profissão de modo correto, e não sofra sanções por atos irregulares. Todavia, o contabilista necessita da parceria também de seus clientes para conduzir o processo contábil com lisura e com observância às leis e aos princípios gerais do ramo.

O Princípio da Entidade, objeto de investigação desta pesquisa, é um dos pilares de uma entidade, e mesmo que não haja uma hierarquia de um princípio sobre o outro (Resolução 774 de 16 de dezembro de 1994, CFC) é nele que se fundamentam todos os demais princípios.

Insistir na importância deste princípio torna-se dispensável, visto que há um consenso indiscutível sobre isto. Os princípios foram criados para auxiliar à gestão das entidades, e a não observância deste pode até levar a descontinuidade das entidades, porém, supõe-se que na prática a aplicação deste princípio é difícil. Diante deste contexto, surge a seguinte indagação: De que maneira os empresários atuam na observância deste princípio? Como a falta de sua observância impacta na organização contábil da empresa?

Talvez por falta de conhecimento, o empresário acaba por confundir o patrimônio da empresa com o seu próprio. Esta confusão acaba acarretando resultados irreais para a empresa.

Fazer com que o empresário entenda que a entidade empresa é diferente da entidade sócio é um dos grandes desafios do contabilista, haja vista que principalmente em empresas familiares ou de pequeno porte, a administração é feita diretamente pelo dono do negócio, não possuindo, desse modo, zelo e cuidado na hora de separar a responsabilidade do patrimônio.

Através desse trabalho será possível conhecer os motivos que levam a esta confusão entre o patrimônio das entidades, e proporcionará aos contabilistas dados interessantes que servirão como base para desenvolver formas de levar o conhecimento aos empresários e mudar a realidade em que se vive.

Para estruturar este artigo, foram utilizadas pesquisas bibliográficas, abordando os argumentos e discussões de diversos autores, assim como uma busca em artigos e livros, visando à fundamentação teórica do trabalho.

Este estudo pretende auxiliar no conhecimento da realidade empresarial e compreender as necessidades na administração dos negócios.

Pretende ainda, colaborar para a contribuição do princípio da entidade, bem como propiciar uma discussão acerca da adequação deste princípio à realidade empresarial.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A contabilidade e seus conceitos

A Contabilidade é reconhecida como uma ciência social que cuida do patrimônio das entidades.

Marion (2004, p. 35) afirma que “em Contabilidade, a palavra patrimônio tem sentido amplo: por um lado significa o conjunto de bens pertencentes a uma pessoa/empresa; por outro lado inclui as obrigações a serem pagas”. Sobre a Contabilidade, os primeiros registros históricos datam de antes de Cristo, quando pessoas, mesmo sem saber, contabilizavam seus bens.

De acordo com Ludicibus & Marion (2006, p. 26)

Antes que caísse a primeira neve ele recolhia seu rebanho num aprisco para protegê-lo do frio que matava. Era um período de monotonia, de ociosidade. Depois de tosquiar as ovelhas, não se tinha nada para fazer a não ser olhar pelas frestas a neve caindo. O que fazer nesse período? De repente o homem se questiona: “Quanto será que o meu rebanho cresceu desde o último frio até hoje? Será que o meu cresceu mais que o do Floreto?” (Floreto era o pastor de ovelhas vizinho mais próximo deste homem na antiguidade). Este homem, assim como qualquer um, era ambicioso, tinha desafios e queria ver sua riqueza aumentando. Aqui entra a função da Contabilidade já no início da civilização: avaliar a riqueza do homem, avaliar os acréscimos ou decréscimos dessa riqueza. Como o homem naturalmente é ambicioso, a Contabilidade existe desde o início da civilização. Alguns teóricos preferem dizer que existe, pelo menos, desde 4.000 antes de Cristo.

A Contabilidade vem evoluindo no decorrer dos anos, de acordo com a necessidade de informações da sociedade, que está em constante busca de resultados que venham suprir suas necessidades na tomada de decisões, através de situações que evidenciem a condição da empresa.

2.2 Definição

A Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para as tomadas de decisões dentro e fora da empresa. Ela é muito antiga e sempre existiu para auxiliar as pessoas a tomarem decisões. Com o passar do tempo, o governo começa a utilizar-se dela para arrecadar impostos e a tornar obrigatória para a maioria das empresas.

Já Ribeiro (2009, p. 09) diz que “A Contabilidade é uma ciência que possibilita, por meio de suas técnicas, o controle permanente do patrimônio das empresas”.

2.3 A contabilidade e seus objetivos

A Contabilidade tem por objetivo registrar e documentar os atos e fatos de natureza econômico-financeira que afetam uma pessoa ou empresa. Os objetivos da Contabilidade, portanto, devem ser aderentes àquilo que é considerado elemento importante para o processo decisório, demonstrando capacidade e responsabilidade pela apresentação de dados que devem ser totalmente diferenciados e seguros para cada tipo de usuário.

O objetivo da Contabilidade, desde o princípio de sua existência, é evidenciar a situação do patrimônio da empresa e quais os fatores que proporcionaram mutações no mesmo, para que se adquiram informações úteis e precisas para a tomada de decisão. Com o tempo a contabilidade passou a ser obrigatória para as empresas, o que levou os profissionais de contabilidade a melhorar o nível de conhecimento, visando melhorias nas informações passadas aos seus usuários.

Para Fávero *et al.*, (2005, p. 13) “o objetivo da Contabilidade não é só produzir informações contábeis adequadas, mas também transmiti-las de forma clara e objetiva”

Assim, as informações devem ser repassadas aos usuários de forma que facilite o seu entendimento, para que não haja dúvidas quanto ao conteúdo de um determinado relatório. Conforme vai surgindo as necessidades dos usuários é que vai surgindo os objetivos da contabilidade, que se modificam com o passar do tempo, adequando-se aos diversos modelos decisórios exigidos por cada usuário.

2.4 A contabilidade e sua finalidade

Para o bom andamento de uma entidade faz-se necessário que haja uma finalidade a cumprir, que venha satisfazer as necessidades de informações de cada usuário.

Segundo Ribeiro (2009, p. 10):

A principal finalidade da Contabilidade é fornecer informações sobre o patrimônio, informações essas de ordem econômica e financeira, que facilitam a tomada de decisões, tanto por parte dos administradores ou proprietários como também por parte daqueles que pretendem investir na empresa.

Atualmente, é imprescindível que investidores, administradores tenham acesso às informações da empresa, sendo necessária a apresentação da informação de forma correta para a tomada de decisões no controle e planejamento da entidade.

Segundo Ferreira (2009, p. 17) “a Contabilidade é mantida com a finalidade de fornecer às pessoas interessadas em informações sobre um determinado patrimônio

As informações fornecidas pela Contabilidade, portanto, permitem a realização do controle e planejamento de uma organização.

2.5 A contabilidade e seu usuário

O campo onde a Contabilidade aplica-se abrange as pessoas físicas e todas as entidades econômico-administrativas, incluindo até mesmo as pessoas de direito público. Os usuários são as pessoas que se utilizam da Contabilidade, que se interessam pela situação da empresa e buscam na contabilidade as suas respostas.

Desse modo, os usuários da Contabilidade são todos aqueles que direta ou indiretamente utilizam as informações fornecidas por ela, tanto para acompanhar o desenvolvimento da empresa, quanto para tomar decisões administrativas ou financeiras.

De acordo com Marion (2004, p. 22), sobre os usuários da Contabilidade:

Evidentemente, os gerentes (administradores) não são os únicos que se utilizam da contabilidade. Os investidores, ou seja, aqueles que aplicam dinheiro na empresa, estão interessados basicamente em obter lucro, por isso se utilizam dos relatórios contábeis, analisando se a empresa é rentável; os fornecedores de mercadorias a prazo querem saber se a empresa tem condições de pagar suas dívidas; os bancos, por sua vez, emprestam dinheiro desde que a empresa tenha condições de pagamento; o governo quer saber quanto de impostos foram gerados para os cofres públicos.

2.6 Princípio da entidade e sua importância

Percebe-se a grande importância deste princípio, objeto de análise neste trabalho.

O Princípio da Entidade, objeto de análise neste artigo, é considerado um dos pilares da entidade, apesar de não haver hierarquia entre um princípio e outro, pois é nele que se fundamentam os demais princípios.

Sobre este princípio, Marion (2004, p. 29), ensina que:

Desse primeiro conceito, deduz-se que a Contabilidade é mantida para a entidade como pessoa distinta dos sócios. A Contabilidade é realizada para a entidade, devendo o contador fazer um esforço para não misturar as movimentações da sociedade com a dos proprietários. Pessoas físicas e jurídicas não devem ser confundidas, ou sócios não devem ser confundidos com empresas.

A necessidade de diferenciação do Patrimônio da Entidade para com o patrimônio do proprietário é de suma importância na Contabilidade de uma empresa, pois se não houver essa separação pode haver alteração no resultado final de um balanço, comprometendo o futuro de uma empresa.

A resolução CFC nº 750 de 29 de dezembro de 1993, capítulo II, determina no art. 4º:

O princípio da entidade reconhece o patrimônio como o objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, a necessidade de diferenciação do patrimônio de um particular no universo de patrimônios existentes, independentemente de pertencer a uma pessoa, uma sociedade ou uma instituição de qualquer natureza ou finalidade, com ou sem fins lucrativos. Por consequência, nesta acepção, o patrimônio não se confunde com aquele dos seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição.

Neste artigo, o CFC aclara que o patrimônio particular de proprietários e sócios não devem jamais confundir-se com os da sociedade ou instituição, devendo ser totalmente separados.

Para Ludícibus (2010, p. 07), entidade é um postulado que considera as transações econômicas levadas a termo por entidades, e a contabilidade é mantida como distinta das entidades e de seus sócios.

O autor Sá (2007, p. 10) cita as razões que embasam o Princípio da Entidade:

- a) Autonomia patrimonial entre a azienda e as demais pessoas que a constituem;
- b) Consideração do que é um objeto autônomo de estudos e que é o patrimônio aziendal;
- c) Consideração de que patrimônios podem agregar-se, mas, jamais, confundir-se.

Tratando basicamente da relação entre empresa e empresário, o Princípio da Entidade determina a total separação no que diz respeito à escrituração do patrimônio do sócio e da entidade, evitando assim as mutações patrimoniais provocadas pela possível não observância do Princípio da Entidade.

Para Marion (2006, p. 16), em relação a tal princípio, assevera que:

Quando se fala em entidade contábil, uma característica fundamental é a manutenção de registros contábeis que destaquem a entidade como pessoa distinta das pessoas dos sócios (ou acionistas). Portanto, a contabilidade

objetiva relatar fatos contábeis concernentes à entidade contábil para os sócios e aos outros usuários dos relatórios contábeis.

2.7 Autonomia patrimonial das entidades

Após a reafirmação do Princípio da Entidade pelo CFC na Resolução nº. 750/93, o CFC voltou a abordar esse princípio na Resolução nº. 774/94 que visava "um maior esclarecimento sobre o conteúdo e abrangência dos Princípios Fundamentais de Contabilidade". Essa Resolução forneceu um apêndice explicativo que aborda desde os conceitos fundamentais como a classificação da Contabilidade como ciência social, o Patrimônio como objeto da Contabilidade, os objetivos da Contabilidade, e a utilidade dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, até uma explicação mais pormenorizada da aplicação prática de cada princípio.

Sobre a importância de princípios que guiam a Contabilidade essa Resolução diz que tais princípios "representam o núcleo central da própria Contabilidade, na sua condição de ciência social, sendo a ela inerentes", e ainda complementa essa ideia por afirmar que eles "constituem sempre as vigas-mestras de uma ciência, revestindo-se dos atributos de universalidade e veracidade, conservando validade em qualquer circunstância".

Sobre o conteúdo, o CFC (1994) ensina que os princípios "dizem respeito à caracterização da Entidade e do patrimônio, à avaliação dos componentes deste e ao reconhecimento das mutações e dos seus efeitos diante do Patrimônio Líquido".

No contexto da Resolução nº. 774/94, a abordagem ao Princípio da Entidade pelo CFC veio no sentido de explicar, de maneira mais específica, a característica de "autonomia patrimonial" atribuída pela Resolução nº. 750/93. Explicando a autonomia patrimonial da Entidade, o CFC (1994) diz que:

O patrimônio deve revestir-se do atributo de autonomia em relação a todos os outros Patrimônios existentes, pertencendo a uma Entidade, no sentido de sujeito suscetível à aquisição de direitos e obrigações. A autonomia tem por corolário o fato de que o patrimônio de uma Entidade jamais pode confundir-se com aqueles dos seus sócios ou proprietários. Por consequência, a Entidade poderá ser desde uma pessoa física, ou qualquer tipo de sociedade, instituição ou mesmo conjuntos de pessoas tais como: famílias; empresas; governos, nas diferentes esferas do poder; sociedades beneficentes, religiosa, culturais, esportivas, de lazer, técnicas; sociedades cooperativas; fundos de investimento e outras modalidades afins.

Essa declaração não apoia um entendimento abordado por vários teóricos de contabilidade a respeito da existência de micro entidades cujo patrimônio pode ser alvo de estudo da Contabilidade.

A mesma Resolução explica que o Patrimônio "pode ser decomposto em partes segundo os mais variados critérios, tanto em termos quantitativos quanto qualitativos. Mas nenhuma classificação, mesmo que dirigida sob ótica setorial, resultará em novas Entidades" (CFC, 1994). Pois mesmo que, para fins administrativos e gerenciais, essas partes tenham sua autonomia, lhes faltará a autonomia patrimonial.

Segundo esse apêndice, existe uma única circunstância em que poderá surgir uma nova Entidade, isso acontece quando "a propriedade de parte do patrimônio de uma Entidade, for transferida para outra unidade, eventualmente até criada naquele momento. Mas, no caso, teremos um novo patrimônio autônomo, pertencente a outra Entidade". Caso o Patrimônio tivesse dois "donos", nenhum destes seria uma Entidade, pois não teriam autonomia.

Esse apêndice ainda explica como o Princípio da Entidade se aplica a Entidades coligadas. A cerca dessa situação o CFC afirma que "as Entidades cujas demonstrações contábeis são consolidadas mantêm sua autonomia patrimonial, pois seus Patrimônios permanecem de sua propriedade".

Logo, apesar de terem suas demonstrações consolidadas, cada empresa ainda tem propriedade sobre o seu patrimônio e "como não há transferência de propriedade, não pode haver formação de novo patrimônio, condição primeira da existência jurídica de uma Entidade" (CFC, 1994). Essas explanações foram esclarecedoras, e forneceram um entendimento mais aperfeiçoado sobre a aplicação do Princípio da Entidade nas empresas.

No ano de 2007, o CFC voltou a abordar o Princípio da Entidade, dessa vez por meio da Resolução nº. 1.111 que tinha por objetivo "um maior esclarecimento sobre o conteúdo e abrangência dos Princípios Fundamentais de Contabilidade sob a perspectiva do Setor Público".

Essa Resolução também apresentou seu apêndice explicativo em que dava a seguinte Perspectiva do Setor Público "o Princípio da Entidade se afirmar, para o ente público, pela autonomia e responsabilização do patrimônio a ele pertencente". Logo, do ponto de alguma Entidade Pública, seu Patrimônio tem não apenas a característica de autonomia, mas tem também a característica de responsabilização. Sendo que "a autonomia patrimonial tem origem na destinação social do patrimônio e a responsabilização pela obrigatoriedade da prestação de contas pelos agentes públicos" (CFC, 2007).

No ano de 2008, por meio da Resolução nº. 1.121, o CFC também adotou a Estrutura Conceitual emanada do CPC à qual deu o nome de "NBC TG Estrutura Conceitual", em virtude dessa Resolução a antiga Estrutura Conceitual baseada na Resolução 785/95 foi revogada.

Desse modo, fica claro a necessidade de se separar a escrituração dos registros contábeis de uma empresa da escrituração de seus sócios ou proprietários, porém na prática é difícil de aplica, necessitando da orientação do profissional contador na gestão dos negócios.

2.8 Resultados obtidos através de questionário aplicado sobre o princípio da entidade em duas empresas comerciais de Goiânia

Em entrevista com proprietários de 02 (duas) empresas, foram aplicados um questionário (ANEXO A) com 04 (quatro) perguntas, e obtivemos os seguintes dados:

Os entrevistados demonstraram conhecimento acerca do princípio da entidade, tendo conhecimento de sua aplicabilidade.

Perguntados sobre como avaliam a separação entre os bens da empresa e dos sócios, os 02 (dois) entrevistados demonstraram conhecimento a respeito, e concordam com a separação dos bens da empresa, dizendo, inclusive, ser necessárias tais medidas para a saúde da empresa.

Sobre a frequência de reuniões entre o sócio e o contador, ambos relataram se reunir em torno de dois a três meses. E admitem que pretendem se reunir com uma maior frequência com seus contadores. E, por fim, os entrevistados afirmam que o princípio da entidade é de suma importância para a empresa e ajuda sobremaneira no bom andamento da contabilidade.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do tempo a Contabilidade vem evoluindo de acordo com o avanço econômico e social da humanidade, o avanço da tecnologia está exigindo muito mais das empresas, e há a necessidade de ter empresa organizada da melhor maneira possível, não apenas com a finalidade de controlar o que tenham a receber ou pagar, mais de uma forma muito mais abrangente, que seja capaz de atender às diversas exigências dos usuários das informações contábeis.

A observância dos princípios fundamentais da Contabilidade torna-se indispensável, considerando que são regras básicas, que devem ser seguidas, apresentando toda a estrutura teórica para a escrituração e análise contábil.

Dentre esses princípios, um de grande importância é o Princípio da Entidade, pois se não for observado pode interferir no resultado das demonstrações contábeis, sendo então objeto de estudo, avaliando de que forma as empresas comerciais estão aplicando o Princípio da Entidade no desenvolvimento de atividades empresariais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 750/93, de 29 de novembro de 1993**. Dispõe sobre os princípios fundamentais da Contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/res_750.doc>. Acesso em: 08 fev. 2020.

FERREIRA, Ricardo J. **Contabilidade Básica**: finalmente você vai aprender contabilidade: teoria e questões comentadas conforme a Lei 11.941/09. 7. ed. Rio de Janeiro: Ed. Ferreira, 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade para o nível de graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade Básica Fácil**. 26. ed. ampl. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009.

SÁ, Antônio Lopes de. **Fundamentos da contabilidade geral**. 3. ed. Curitiba: Juruá, 2007.

ANEXO A – Questionário: Princípio da Entidade

1) Qual o seu conhecimento acerca do Princípio Contábil da Entidade?

- Entrevistado 1: Conheço tal princípio. Já ouvi falar por conta do meu contador, que já me falou a respeito.
- Entrevistado 2: Já tenho conhecimento acerca deste princípio, e sei que fala sobre a separação dos bens da empresa e dos sócios.

2) Como avalia a separação dos bens da empresa em relação aos bens dos sócios?

- Entrevistado 1: Eu acho muito importante separar os bens para que não haja problema lá na frente.
- Entrevistado 2: Acho importante separar os meus bens do da empresa.

3) Qual a frequência de reuniões com o contador para troca de informações?

- Entrevistado 1: Tenho reuniões com meu contador a cada dois meses, basicamente. Onde ele me passa como anda a contabilidade da empresa e outras informações.
- Entrevistado 2: Não tenho um dia exato a cada período de tempo com meu contador. As reuniões são feitas sempre que necessário, mas sempre até três meses me reúno com ele.

4) Qual a importância deste princípio, na sua opinião, para a sua empresa?

- Entrevistado 1: Esse princípio é importante pois me possibilita ter um controle maior daquilo que é um bem da empresa e, portanto, responsabilidade da empresa, daquilo que é meu. Meus bens pessoais, como proprietário da empresa.
- Entrevistado 2: Eu acho de extrema importância, inclusive para resguardar o meu patrimônio e o da empresa.